BIBLIOTECA DO CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série Diplomacia ao alcance de todos

22

O BRASIL E O MEIO AMBIENTE

Coleção Divulgação – **INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita**

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2009

O autor

José Flávio Sombra Saraiva – Professor titular em Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Pesquisador do CNPq, tendo formado 20 mestres e 9 doutores. Publicou e organizou 18 livros, além de cerca de 50 artigos em periódicos especializados e mais de uma centena na imprensa nacional e internacional. Dirige o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e preside a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). É vice-presidente da Comissão Internacional de História das Relações Internacionais, do Congresso Mundial de História.

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.**
SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

O BRASIL E O MEIO AMBIENTE

O meio ambiente chegou às relações internacionais como tema de alta relevância nas últimas décadas do século XX e início do século atual. A preocupação com os efeitos da degradação ambiental sobre as gerações futuras, embora assunto já percebido e estudado por setores do pensamento científico, ganhou lugar na agenda das políticas exteriores dos Estados e das Nações Unidas a partir dos anos 1960.

Observado pelas políticas públicas de governos, agências e organizações internacionais bem como pela cidadania, o meio ambiente generalizou-se como preocupação das mais diversas instituições. Organizações não-governamentais foram criadas com o objetivo

de pressionar sociedades e governos em torno dos interesses de proteção do meio ambiente. Partidos políticos foram institucionalizados nas democracias modernas e protagonizam os parlamentos nacionais de vários países e continentes, da Alemanha ao Brasil, da Europa à América Latina. Empresas passaram a incluir em suas agendas a necessidade da exploração de energias renováveis e menos ofensivas ao desenvolvimento sustentável.

A noção generalizada dos limites ambientais da Terra no que tange aos processos econômicos poluentes ou nocivos à preservação planetária tornou o meio ambiente tema politizado nas agendas internas e externas dos Estados nacionais. No sistema da ONU foram realizadas grandes conferências internacionais, desde a década de 1970, como a conferência de Copenhague, passando pela conhecida conferência Rio-92, e, já no século XXI, a conferência de Joanesburgo. Tais conferências buscaram garantir a construção de regras e conceitos que sugerem mais previsibilidade ao crescimento

econômico por meio de contrapartidas para garantir proteção ambiental e humana.

A evolução da posição brasileira: do reativo ao ativo

O Brasil não ficou alheio à elevação gradual do tema ambiental ao estatuto dos chamados "temas novos" das relações internacionais. O país evoluiu de posições inicialmente reativas, especialmente ancoradas na visão soberana da riqueza de seus recursos naturais, para ativa participação do debate internacional. O Brasil é hoje um formulador de conceitos e regras internacionais, com iniciativas respeitadas pela comunidade internacional no campo ambiental.

Criticado por ativistas internacionais no início dos 1980 como vilão do desmatamento da Amazônia e produtor descontrolado de gás carbônico em quantidade a afetar o equilíbrio ecológico mundial e contribuir para o efeito

estufa, o Brasil passou a ser um país que reverteu posições e desenvolveu visões cooperativas para uma agenda construtiva do tema ambiental no final daquela década e início da década de 1990. Aperfeiçoou suas posições nos últimos anos, ao relacionar valores e interesses nacionais de um país em desenvolvimento a uma agenda internacional complexa e marcada por múltiplas visões no que tange ao tema ambiental. Passou o Brasil a liderar painéis importantes nas conferências e protocolos internacionais na década e no início do novo século. Esforça-se o país no sentido de contribuir ao consenso em torno do estabelecimento de regime internacional equilibrado e equânime no campo ambiental.

Embora tenha a noção de que o desafio ambiental não é apenas para uma geração, a política externa brasileira tem sido agente relevante, no Estado nacional, a conduzir com equilíbrio os debates em curso no cenário internacional. O Brasil assinou sem restrições a Agenda 21, na Conferência do Rio de Janeiro

de 1992, o primeiro grande programa de cooperação ambiental aberto a todos os povos e Estados nacionais do mundo. O Brasil animou a formulação da Convenção sobre Diversidade Biológica. Ajudou a propor a Convenção sobre Mudança Climática e participou ativamente da formulação do famoso Protocolo de Quioto, voltado para o combate do efeito estufa e o desequilíbrio do clima da Terra, em 1997.

O Brasil e a Conferência de Estocolmo de 1972

Quando o mundo ainda era predominante dominado pelos temas geopolíticos e estratégicos, em plena Guerra Fria, emergia a relevância do meio ambiente como um tema global. Organizou-se em Estocolmo, em 1972, a primeira grande conferência das Nações Unidas dedicada a abordar o crescimento econômico e suas implicações para a degradação ambiental. A preocupação com espécies ameaçadas e com

as os recursos naturais não-renováveis foram preocupações centrais na conferência.

Um diagnóstico da conferência chamaria a atenção diplomática do Brasil. Alertava-se para o fato do chamado Terceiro Mundo seguir o modelo dos países ricos em matéria ambiental. Criticou-se o fato dos países em desenvolvimento desejarem para si o crescimento econômico nas bases de uma industrialização corrosiva ao meio ambiente, experiência que se espraiara na base da revolução industrial inglesa.

Assim mesmo, a conferência de Estocolmo, embora tenha comovido setores da opinião pública mundial, teve efeitos modestos tanto nas políticas governamentais dos países desenvolvidos quando nos países em desenvolvimento. Animado pelas correntes diversas de setores da opinião pública mundial, especialmente de grupos ativistas ecologistas que nasciam na Europa e nas Américas, o meio ambiente foi entrando, aos poucos, na agenda dos Estados nacionais.

O Brasil, no entanto, recolheu algumas lições em Estocolmo. O Itamaraty, a quem tocou a condução da presença brasileira na conferência, a reconheceu como ingênua e apocalíptica, porém visionária e profética. O problema central era o receio que se criassem entraves, como ocorria em outros campos geopolíticos de interesse do Brasil no mundo, à expansão da economia brasileira, em franca expansão industrial.

O Brasil e Conferência do Rio de 1992

Apesar das dificuldades da conferência de Estocolmo, a preocupação com o meio ambiente cresceu como um tema de interesse dos estudos e governos. Estudos científicos ampliaram a demonstração da relação dos efeitos da poluição e da destruição ambiental sobre o ecossistema da Terra. ONGs ambientalistas aproveitaram a onda ecológica. Termos técnicos como efeito estufa e camada de

ozônio, bem como derretimento das calotas polares, fizeram-se conhecidas de cidadãos de todo o mundo. O tema do meio ambiente se fez global.

O governo brasileiro moveu-se adequadamente, no plano internacional, diante do adensamento dos debates. Moveu-se de uma posição de observação ativa para uma ativa participação dos debates preparatórios. Já em 1988, diante da Resolução número 43/196, da Assembléia Geral da ONU, que propunha a realização de nova conferência para atualizar os temas do meio ambiente, o Brasil se propôs como país-anfitrião. Era um primeiro passo, que gerou grande visibilidade internacional ao país, no sentido da construção de uma posição participativa e cooperativa.

Ancorou o Brasil, portanto, desde fins dos anos 1980, a iniciativa de examinar, com toda comunidade internacional, temas cruciais tais como: proteção da atmosfera por meio do combate à mudança do clima, ao desgaste da camada de ozônio e à poluição do ar; prote-

ção e suprimento de água-doce; proteção das áreas oceânicas, marítimas e zonas costeiras, bem como o desenvolvimento de seus recursos vivos; combate ao desmatamento, à desertificação e à seca; conservação da diversidade biológica; controle ambientalmente sadio da biotecnologia; controle de dejetos, principalmente químicos e tóxicos; erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida e de trabalho no campo e na cidade; proteção das condições de saúde; entre outros temas.

O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável

Da conferência Rio-92 aos dez anos posteriores, que levaram à conferência de Joanesburgo de 2002, e nos anos mais recentes, pode-se dizer que o Brasil agiu de forma construtiva para a mudança do paradigma do tratamento dos temas ambientais. Em dois aspectos essa evolução pode ser observada.

Em primeiro lugar, no plano internacional, o Brasil buscou construir sinergia e diálogo para a aprovação de um conceito plausível de desenvolvimento sustentável. O coração do conceito é o de que deve haver respeito ao meio ambiente, mas também ao direito do desenvolvimento econômico. O equilíbrio dessas duas dimensões é que deve ser o novo paradigma que humaniza o meio ambiente e faz do meio ambiente uma necessidade intrínseca para o avanço da humanidade.

A diplomacia brasileira segue trabalhando fortemente nessa direção. Em especial têm chamado a atenção do mundo para os desafios específicos dos países em desenvolvimento. O Brasil e tais países, com grandes desafios no campo da inclusão social, requerem um regime internacional que valorize a dimensão ecológica sem deixar de lado, nas partes menos desenvolvidas da Terra, do direito ao trabalho e aos bens de consumo da sociedade contemporânea.

Esse esforço envolveu grande movimentação diplomática no sentido de propor aos países recalcitrantes, desenvolvidos ou em desenvolvimento, responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas para os consensos ambientais que foram sendo gradualmente construídos. A resistência dos Estados Unidos no que tange à recusa de assinar o protocolo de Quioto foi claramente anotada pelos negociadores brasileiros. O papel equilibrado do Brasil nas recorrentes conferências mundiais sobre o clima na Terra, como ocorreu em Bali em 2007, ou na preparação da nova conferência que se aproxima, a 15ª Conferência Mundial de Copenhague, a realizar-se em fins de 2009, reforça a confiança na busca de um caminho do meio no qual o Brasil vem se situando.

Em segundo lugar, o Brasil busca agir no meio internacional por meio de exemplos domésticos, criando políticas públicas internas no campo ambiental e reservando para a área ambiental relevante papel no processo decisório nacional.

Exemplos vêm sendo gerados em várias ações. Eles variam do esforço de produção de energias renováveis, não-fósseis, com efeitos positivos no campo da redução da poluição industrial ao esforço tecnológico no campo científico e produção de projetos ambientais com impacto imediato na melhoria da informação das condições ambientais no país e no mundo. Esse é o caso do Observatório Amazônico de Torre Alta. Voltado para a captação de informações essenciais ao entendimento do papel do ecossistema amazônico tropical, esse projeto, em processo de instalação e celebrado em todo o mundo, gera contribuições ao entendimento e monitoramento das atuais condições climáticas do planeta.

PARA SABER MAIS:

Ministério das Relações Exteriores, *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – relatório da delegação brasileira – 1992*. Brasília: Funag/Ibri, 1993.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências*. Brasília: Ibri, 2001.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Funag, 2007.

PEIXOTO, Rosenely Diegues. A convenção sobre diversidade biológica e seu impacto no Brasil através do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Fmam). Brasília: UnB, 2000. (dissertação de mestrado)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br